

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL





“A Recuperação Judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

Art. 47, Lei 11.101/2005



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

“GRUPO PIQUIRAS”

NO ÂMBITO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO
JUDICIAL

JUÍZO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA /GO
PROCESSO Nº. 201503157258 (315725-49.2015.8.09.0051)

NOVEMBRO - 2015

SUMÁRIO

1 - SUMÁRIO EXECUTIVO E VISÃO GERAL	8
1.1 - Comentários iniciais	8
1.2 - Das medidas e objetivos básicos do Plano.....	9
2 - A HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DO “GRUPO PIQUIRAS”	12
2.1 - A história do “GRUPO PIQUIRAS”	12
2.1.1 - O “GRUPO PIQUIRAS”	12
2.1.2 - Restaurantes	16
2.1.3 - Empórios	17
2.2 - Estrutura societária das empresas do “GRUPO PIQUIRAS”	18
2.3 - Estrutura organizacional “GRUPO PIQUIRAS”	19
2.3.1 - Missão	19
2.3.2 - Visão	19
2.3.3 - Valores.....	19
3 - HISTÓRICO FATURAMENTO DO “GRUPO PIQUIRAS”	20
4 - DADOS DA ÁREA COMERCIAL.....	21
5 - ASPECTOS SOCIAIS DO “GRUPO PIQUIRAS”	22
5.1 - Aspectos sociais e benefícios.....	22
6 - ANÁLISE DE MERCADO	23
6.1 - A economia brasileira	23
6.1.1 - Inflação	23
6.1.2 - Crescimento econômico.....	24
6.1.3 - Desaceleração do consumo.....	25
6.1.4 - Taxa de câmbio.....	26
6.2 - O mercado de trabalho.....	26
6.3 - Juros básicos	27
6.4 - Perfil do setor gastronômico.....	29
6.5 - A visão do “GRUPO PIQUIRAS” sobre seu mercado de atuação.....	31
7 - CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO “GRUPO PIQUIRAS”	33
7.1 - Fatores externos	33

7.1.1 - Alavancagem junto a bancos em função dos investimentos e elevadas taxas de juros.....	33
7.1.2 - Recorrência a bancos e custos financeiros crescentes.....	34
7.1.3 - Corte de linhas de crédito.....	34
7.1.4 - Incêndio em uma das unidades empresariais	35
7.1.5 - Crise na economia e seu reflexo com a diminuição do consumo.....	35
7.1.6 - Aumento do custo de matérias primas	36
7.1.7 - Acirramento de concorrência	36
7.1.8. - Redução de margens de lucro	36
7.1.9 - Reajustes de mão de obra e de outros custos superiores à inflação	36
7.1.10 - Reajustes de energia elétrica.....	37
8 - DA REESTRUTURAÇÃO DO “GRUPO PIQUIRAS” (art. 53 da LRE).....	38
8.1 - Medidas já adotadas ou em fase de implementação pela administração	38
8.1.1 - Fechamento das unidades.....	38
8.1.2 - Contratação da consultoria LuRe	38
8.1.3 - Contratação da empresa Novo Marketing.....	39
8.1.4 - Parceria com a PC Sistemas (Software de Gestão).....	39
8.1.5 - Redução do quadro de colaboradores e gestores.....	40
8.1.6 - Redução de custos e despesas.....	40
8.1.7 - Renegociação dos créditos não sujeitos a Recuperação Judicial.....	40
8.1.8 - Análise de rentabilidade por produto	41
8.1.9 - Busca de novos parceiros para fomento das operações	41
8.1.10 - Retomada de credibilidade junto a credores	41
8.1.11 - Implantação de fluxo de caixa e demonstração de resultados projetados	41
8.1.12 - Busca de liberação de travas bancárias.....	41
8.1.13 - Redução dos custos do endividamento	42
9 - DAS PREMISSAS ECONÔMICAS FINANCEIRAS ADOTADAS NESTE PLANO (Art. 53, II, da LRE)	43
9.1 - Viabilidade econômica.....	43
9.2 - Premissas utilizadas para as projeções financeiras	44

10 - CAPITAL TANGÍVEL E INTANGÍVEL	46
10.1 - Capital Tangível.....	46
10.2 - Capital Intangível	46
11 - CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES	48
12 - DO PAGAMENTO AOS CREDORES.....	49
12.1 - Pagamento aos credores – Trabalhistas.....	49
12.1.1 - Credores trabalhistas da lista atual	49
12.1.2 - Credores trabalhistas que tiverem seus créditos reconhecidos e habilitados após a elaboração da 2ª relação geral de credores	50
12.1.3 - Atualização de valores.....	50
12.1.4 - Encargos sociais.....	50
12.2 - Pagamento aos credores – Garantia Real	51
12.3 - Pagamento aos credores – Quirografários.....	52
12.4 - Pagamento aos credores – Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte (4ª classe de credores criada pela Lei Complementar 147/14)	53
12.5 - Outras considerações sobre as propostas de pagamento a credores.....	54
12.6 - Créditos reconhecidos após a segunda relação de credores divulgada pelo Administrador Judicial.....	55
12.7 - Resumo de pagamento aos credores	55
12.8 - Prazos para pagamento.....	55
12.9 - Impostos	56
12.10 - Outros pagamentos previstos a credores – Leilão Reverso	56
13 - OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO	58
14 - VENDA DE ATIVOS.....	59
15 - VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA DO PLANO	60
16 - OUTROS EFEITOS INERENTES À APROVAÇÃO DO PLANO	61
16.1 - Suspensão das ações de recuperação de crédito.....	61
16.2 - Novação da dívida	61
16.3 - Suspensão da publicidade dos protestos.....	62
16.4 - Pagamento aos credores ausentes ou omissos:.....	62
16.5 - Descumprimento do Plano	63



17 - DA FALÊNCIA	64
18 - RESUMO “CONCLUSÃO”	66



1 - SUMÁRIO EXECUTIVO E VISÃO GERAL

1.1 - Comentários iniciais

A Lei nº. 11.101/2005 traz em seu Art. 47 a essência da Recuperação Judicial de empresas, ou seja, visa à manutenção do negócio e do emprego dos trabalhadores, bem como o pagamento dos créditos devidos.

Assim, nos termos do art. 53 da referida Lei, as empresas **EMPÓRIO PIQUIRAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.786.317/0001-19, com sede a Rua T-61, qd 124, It 7/5, sala 114/117, nº 180, Setor Bueno, Goiânia-GO, **PIQUIRAS COMERCIAL DE ALIMENTAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.656.998/0001-97, com sede a Rua 146, nº 464, Setor Marista, Goiânia-GO, **CHOPE DO PIQUIRAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.160.427/0001-33, com sede a Rua T-61, nº 180, Luc 118, Shopping Buena Vista, Setor Bueno, Goiânia-GO, **PIQUIRAS EMPÓRIO E RESTAURANTE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.314.283/0001-58 com sede a Rua 9, nº 1.855, Setor Marista, Goiânia-GO e **PIQUIRAS CHOPERIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.147.536/0001-10, com sede a Rua 146, nº 460, Setor Marista, Goiânia-GO, doravante denominado **“GRUPO PIQUIRAS”**, vêm por meio do presente, apresentar seu Plano de Recuperação Judicial:

Para elaboração do Plano de Recuperação, a diretoria do **“GRUPO PIQUIRAS”**, com extrema vontade e empenho para atingir seus objetivos, contratou assessoria jurídica e consultoria financeira, com ênfase ao *Escritório de Advocacia Urany de Castro & Associados* e *Masters Auditores Independentes*. Além disso, contou também, com a prestação de serviços dos colaboradores do Grupo, diversos deles trabalhando há vários anos no Grupo.

O prazo para a apresentação do Plano de Recuperação Judicial é de 60 (sessenta) dias da publicação do despacho que deferiu o processamento do pedido, e os profissionais responsáveis trabalharam com os dados encaminhados pela equipe interna do **“GRUPO PIQUIRAS”**.

Sendo assim, apresenta-se este Plano de Recuperação Judicial, elaborado com estrita observância do espírito norteador da Lei de Recuperação de Empresas, visando



buscar um direcionamento e ponto comum entre a função social do **“GRUPO PIQUIRAS”** e os interesses dos seus credores, convergindo desta forma no espírito principal da Lei.

O Plano de Recuperação é apresentado com todas as premissas aplicadas para a sua construção, incluindo a projeção de resultados e fluxo de caixa para os próximos exercícios, o que permite uma visualização clara e objetiva do desempenho econômico-financeiro durante a sua vigência, e consequentemente, sua viabilidade e capacidade de pagamento aos seus credores.

1.2 - Das medidas e objetivos básicos do Plano

O presente Plano tem por objetivo reestruturar o **“GRUPO PIQUIRAS”**, para que o mesmo supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade aos negócios, mantendo-se como importante e tradicional Grupo Empresarial de Goiânia.

Este Plano procura projetar o impacto das medidas administrativas e operacionais que serão implementadas para que o **“GRUPO PIQUIRAS”** alcance um lucro operacional adequado e sustentável ao longo dos próximos anos, o que possibilitará sua sustentação econômica e financeira. O presente Plano de Recuperação procura também, de forma clara e objetiva, demonstrar que o **“GRUPO PIQUIRAS”** possui viabilidade e como será o fluxo de pagamento para quitação de suas dívidas.

Para a elaboração do presente Plano foram analisadas, dentre outras, as seguintes áreas: estrutura dos ativos do Grupo, estrutura organizacional, administrativa e financeira, compras, análise mercadológica, planejamento estratégico de vendas, produção de alimentos, custos, logística e recursos humanos. Assim, a análise destas áreas em conjunto com a avaliação do desempenho financeiro do Grupo foi à base para nortear as ações a serem tomadas visando a sua recuperação.

Portanto, os principais objetivos do Plano de Recuperação, são:

- a. Preservar o **“GRUPO PIQUIRAS”** como Grupo de entidades geradoras de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício da sua função social;

- b. Permitir que o **"GRUPO PIQUIRAS"** supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade direta ou indireta a sua atividade social e econômica gerando riqueza na região em que opera;
- c. Atender aos interesses dos credores do **"GRUPO PIQUIRAS"**, mediante estrutura de pagamentos compatível com o seu potencial de geração de caixa dentro do contexto da Recuperação Judicial;
- d. Reestruturar e equalizar as operações do **"GRUPO PIQUIRAS"**;
- e. Otimizar as operações existentes, buscando eficiência operacional de forma a ter economia e controle efetivo de custos e despesas, maximizando as margens de lucratividade;
- f. Preservar o **"GRUPO PIQUIRAS"** como empreendimento genuinamente goiano, com 30 anos de atividade no setor gastronômico.

Desta forma, a viabilidade futura do **"GRUPO PIQUIRAS"** não depende só da solução de seu endividamento atual, mas também, e fundamentalmente, de ações que visem a melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Sendo assim, as medidas identificadas no Plano de Reestruturação estão incorporadas a um planejamento estratégico para os próximos exercícios.

As projeções econômicas financeiras foram desenvolvidas por consultoria especializada, apoiada pela área financeira do **"GRUPO PIQUIRAS"**, considerando que o mercado continuará em crescimento conservador e contínuo, lembrando que a técnica utilizada foi a do *justo meio termo*, para que não fosse por demais conservadora, e, por conseguinte, inapta, ou que fosse otimista a ponto de ultrapassar a barreira da realidade ou que pudesse trazer expectativa errônea a todos.

A relação completa e detalhada das medidas a serem adotadas pelos gestores e outras em fase de implantação está descrita no item 8 deste Plano.

O objetivo final do presente Plano é otimizar as atividades do **"GRUPO PIQUIRAS"** visando obter resultados saudáveis, rentáveis e sustentáveis, de modo a possibilitar o pagamento dos seus credores.

Eventuais medidas adicionais serão avaliadas após a apresentação do Plano de



Recuperação Judicial. Entretanto, como essas medidas requerem uma investigação mais profunda, os impactos destas não foram incluídos nos resultados operacionais aqui abordados.



2 - A HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DO “GRUPO PIQUIRAS”

2.1 - A história do “GRUPO PIQUIRAS”

2.1.1 - O “GRUPO PIQUIRAS”

Marcelo Marquez Batista, conhecido entre os amigos como “Piquiras”, começou sua vida de empreendedor ao trocar uma motocicleta (Garelli) por um lava-jato/barzinho, onde reunia seus amigos para bater papo e vender espetinhos, bebidas e também o famoso croquete da Dona Tide.

Com o passar do tempo, o negócio foi se expandido, sempre muito frequentado pelos universitários que se reuniam após o término das aulas. Entretanto, aos finais de semana, o movimento encontrava visível diminuição, uma vez que, em que pese a qualidade já fosse um diferencial da empresa, o local ocupado não era discreto e charmoso.

Diante de tal cenário e objetivando agregar valor a seu negócio, Marcelo decidiu abrir um bar e um restaurante mais sofisticado no mesmo espaço, visando aumentar o movimento nos finais de semana.

Surgiu assim, o Piquiras Oeste, ambos bar e restaurante atuando no mesmo local, na Avenida Republica do Líbano, o que possibilitou que a empresa conseguisse alcançar um público mais diversificado, atendendo as suas necessidades, crescendo tanto em qualidade nos serviços prestados como também em sua marca.

Em 1993, o “Piquiras” abriu outra unidade ainda maior no Setor Marista na Rua 140. Rapidamente as duas unidades do Grupo (Setor Oeste e Marista) se tornaram referência em Goiás, servindo o mesmo cardápio e equilibrando pratos da comida internacional com sabores regionais, em receitas de carnes, massas e peixes.

O ambiente tornou-se ponto de frequência bastante comum para figuras políticas, sociais e famosas tanto da cidade de Goiânia, como também de outras cidades que visitavam a Capital, passando a ter reconhecimento nacional na qualidade de seus

serviços.

Em 2003, com uma visão inovadora mais uma empresa foi criada, o Empório Piquiras, que surgiu como uma aposta do Grupo em diversificar seu negócio e trazer maior requinte à cidade, baseado em formatos campeões e contando com diversos profissionais especializados. A empresa começou com um Empório localizado no Shopping Buena Vista, à rua T-4 no alto do Setor Bueno, conforme imagens a seguir apresentadas:



No final de 2006 foi inaugurada a segunda unidade do Empório. Desta vez no Shopping Bougainville. Os Empórios são pontos de referência para os melhores pães, como também os mais refinados e diversificados vinhos:



O Empório do Shopping Bougainville conta ainda com um restaurante moderno e charmoso, como mostram as imagens a seguir:



Em 2009, o **“GRUPO PIQUIRAS”** partiu para mais um projeto inovador, construindo o seu novo restaurante dentro do Shopping Buena Vista e com a assinatura do premiado arquiteto Leo Romano. A seguir, apresentam-se imagens desta unidade:



Dando sequencia à sua trajetória, no ano de 2009 o **“GRUPO PIQUIRAS”** descontinuou o restaurante do Setor Oeste e, ainda nesse ano promoveu reforma substancial da Unidade do Setor Marista. Apresentam-se fotos dessa unidade após a reforma:

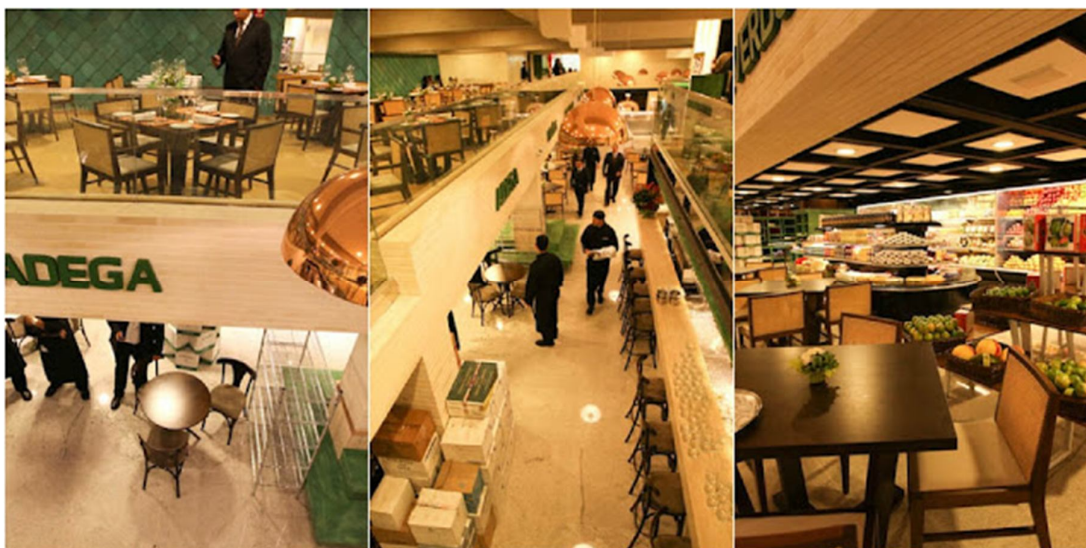




Além de todas estas mudanças físicas em 2009, o **"GRUPO PIQUIRAS"** deu seus primeiros passos rumo às redes sociais, criando o Blog do Piquiras e seu Twitter, oferecendo canais para seus clientes manterem contato com o melhor da gastronomia.

No ano de 2013, o **"GRUPO PIQUIRAS"** inaugurou o Empório e Restaurante no Setor Alto da Glória no Shopping Flamboyant. Um restaurante/empório bastante sofisticado, no maior shopping da Capital Goiana, conforme fotos a seguir:





Atualmente, os restaurantes e empórios do Grupo são bastante renomados na região.

Seguem algumas características das unidades do **“GRUPO PIQUIRAS”**:

2.1.2 - Restaurantes

O nome “Piquiras” é uma das marcas mais conhecidas da capital goiana. Desde sua criação, é um dos restaurantes mais aclamados pelos paladares refinados regionais como também de visitantes de todo o Brasil.

Uma conquista pautada na vivência da gastronomia, com qualidade de pratos saborosos, vinhos especiais e o atendimento de uma equipe diferenciada.

Os administradores sempre tiveram em mente que as refeições em seus restaurantes são mais do que uma simples experiência, buscando sempre oferecer um momento especial, perfeito e único à clientela.

Apresenta-se a seguir alguns dos principais prêmios obtidos pelo **“GRUPO PIQUIRAS”**:

- Melhor Restaurante – Categorias: Variados, Comidinhas, Bares e Restaurantes (Revista Veja);
- Melhor Empório Gourmet (Revista Veja);

- Melhor Pararia (Revista Veja);
- Melhor Carta de Vinhos (Revista Veja).

2.1.3 - Empórios

Os Empórios Piquiras são ambientes que aliam os melhores itens da panificação, elementos de frios e vinhos em um espaço aconchegante, representando hoje um grande sucesso em Goiânia.

Os Empórios também recebem os seus clientes que podem degustar lanches e pratos especiais. Os pães são um detalhe à parte, recebendo por três anos consecutivos o título de melhor da cidade pelo júri da revista VEJA Goiânia.



Tamanho reconhecimento é resultado de uma aposta em qualidade das matérias-primas e busca de profissionais especializados. Além disso, o ambiente de produtos alia grandes marcas com produtos frescos, contando também com uma extensa quantidade de vinhos, vindos das mais diversas regiões do mundo.

Nas três lojas, um *sommelier* fica à disposição para orientar os clientes na escolha dos rótulos. Frequentemente, também são promovidos cursos e palestras para auxiliar os clientes nas melhores escolhas dos vinhos para cada necessidade e ocasião.

Também vale ressaltar, que a filosofia do **“GRUPO PIQUIRAS”** sempre foi oferecer alimentos saudáveis e de qualidade aos seus clientes. Por isso, um caminhão refrigerado foi adquirido em 2011 para transportar uma vasta linha de produtos orgânicos – incluindo frutas, legumes e verduras extremamente selecionadas, partindo da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) diretamente aos Empórios. Dentre os principais produtos adquiridos diretamente da CEAGESP, estão:



Mamão Papaya Sunrise, Melão Redinha, Pimentões de todas as cores (vermelhos, verdes, amarelos, roxos, brancos e laranjas), Cebola Branca (Espanhola) importada, e ainda toda diversidade de folhagens, além de vários outros.

2.2 - Estrutura societária das empresas do “GRUPO PIQUIRAS”

Apresenta-se a composição societária do “GRUPO PIQUIRAS”:

Empresa: CHOPE DO PIQUIRAS LTDA.		
CNPJ: 06.160.427/0001-33		
Sócios	% Participação	Valor (R\$)
MARCELO MARQUEZ BATISTA	90,00%	R\$ 90.000,00
MARIA ALICE DA COSTA BATISTA	10,00%	R\$ 10.000,00
Total	100%	R\$ 100.000,00

Empresa: EMPÓRIO PIQUIRAS LTDA.		
CNPJ: 05.786.317/0001-19		
Sócios	% Participação	Valor (R\$)
MARCELO MARQUEZ BATISTA	50,00%	R\$ 200.000,00
MARIA ALICE DA COSTA BATISTA	50,00%	R\$ 200.000,00
Total	100%	R\$ 400.000,00

Empresa: PIQUIRAS CHOPERIA LTDA.		
CNPJ: 06.147.536/0001-10		
Sócios	% Participação	Valor (R\$)
MARCELO MARQUEZ BATISTA	90,00%	R\$ 45.000,00
MARIA ALICE DA COSTA BATISTA	10,00%	R\$ 5.000,00
Total	100%	R\$ 50.000,00

Empresa: PIQUIRAS COMERCIAL DE ALIMENTAÇÃO LTDA.		
CNPJ: 37.656.998/0001-97		
Sócios	% Participação	Valor (R\$)
MARCELO MARQUEZ BATISTA	90,00%	R\$ 67.500,00
MARIA ALICE DA COSTA BATISTA	10,00%	R\$ 7.500,00
Total	100%	R\$ 75.000,00

Empresa: PIQUIRAS EMPÓRIO E RESTAURANTE LTDA.		
CNPJ: 08.314.283/0001-58		
Sócios	% Participação	Valor (R\$)
MARCELO MARQUEZ BATISTA	80,00%	R\$ 560.000,00
MARIA ALICE DA COSTA BATISTA	20,00%	R\$ 140.000,00
Total	100%	R\$ 700.000,00



2.3 - Estrutura organizacional “GRUPO PIQUIRAS”

2.3.1 - Missão

Proporcionar uma experiência gastronômica única, oferecendo produtos de altíssima qualidade e um serviço de excelência, promovendo assim a alegria e a satisfação plena de nossos clientes e de todos aqueles que fazem parte do nosso dia-a-dia.

2.3.2 - Visão

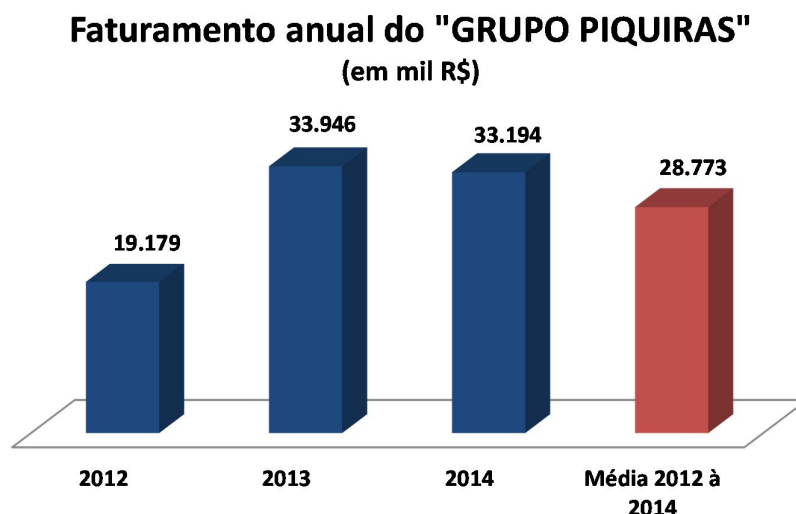
Ser o maior grupo gastronômico do centro-oeste e um símbolo de qualidade em produtos e serviços.

2.3.3 - Valores

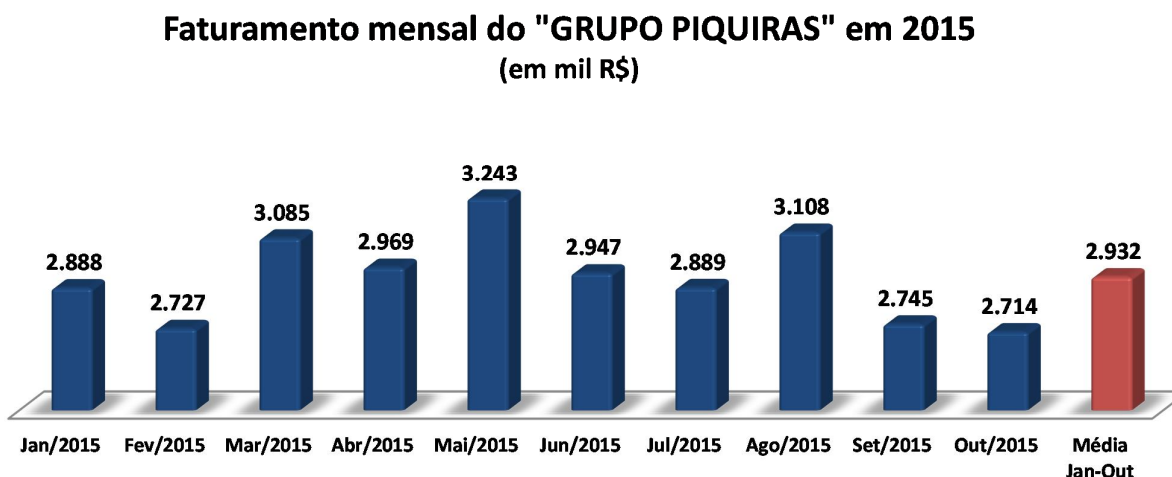
Honestidade, amizade, compromisso com a excelência gastronômica e o orgulho de nossas raízes, são os principais ingredientes para um crescimento consistente e duradouro.

3 - HISTÓRICO FATURAMENTO DO "GRUPO PIQUIRAS"

Nos últimos exercícios, o "GRUPO PIQUIRAS" obteve faturamento médio anual (2012 a 2014¹) de R\$ 28.773 milhões, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



No acumulado do ano de 2015 o faturamento médio mensal (de janeiro a outubro²) foi de R\$ 2.932 milhões, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



¹ Dados obtidos dos Balancetes Contábeis da Recuperanda.

² Dados obtidos dos Balancetes Contábeis da Recuperanda.

4 - DADOS DA ÁREA COMERCIAL

Os ambientes dos restaurantes e empórios do “**GRUPO PIQUIRAS**” vão além de simples lugares para apreciar a boa comida e bebida. Tratam-se de uma verdadeira experiência aos seus clientes, misturando requinte, descontração e alegria.

Mensalmente milhares de pessoas passam pelas unidades do “**GRUPO PIQUIRAS**”, conforme demonstrado no quadro³ abaixo:

Unidade	Qtde pessoas/mês
BUENA VISTA (EMPÓRIO E RESTAURANTE)	31.600
BOUGAINVILLE (EMPÓRIO E RESTAURANTE)	29.500
FLAMBOYANT (EMPÓRIO E RESTAURANTE)	32.000
MARISTA (RESTAURANTE)	3.000
TOTAL	96.100

³ Dados obtidos da área comercial da Recuperanda.



5 - ASPECTOS SOCIAIS DO “GRUPO PIQUIRAS”

5.1 - Aspectos sociais e benefícios

O “**GRUPO PIQUIRAS**” ao longo de sua história sempre procurou reconhecer e valorizar a importância de cada um de seus colaboradores. Por isso, busca a melhor produtividade dos colaboradores com capacitação, treinamento, administração participativa e humanizada visando proporcionar a todos, oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal, melhorando a qualidade de vida.

Atualmente a equipe do “**GRUPO PIQUIRAS**” é formada por 348 (trezentos e quarenta e oito) colaboradores.

O único bem nas empresas que não pode ser copiado é o capital humano. Esse capital constitui-se num dos principais ativos, onde o talento dos colaboradores faz a diferença.

O “**GRUPO PIQUIRAS**” oferece benefícios aos seus colaboradores, além dos garantidos pela legislação trabalhista, visando à melhoria na qualidade de vida, tanto no ambiente de trabalho como fora dele.

Dentre desses benefícios, destacam-se os seguintes:

- Alimentação;
- Assistência médica e odontológica;
- Seguro de vida (em grupo).

6 - ANÁLISE DE MERCADO

Para buscar uma solução para o equacionamento financeiro e operacional do **“GRUPO PIQUIRAS”** é preciso analisar as potencialidades que o mercado de sua atuação oferece. Além disso, é preciso conhecer as características operacionais, e as alternativas possíveis de serem exploradas, sempre visando à manutenção do Grupo como fonte geradora de emprego, renda, e participação ativa no mercado onde atua.

Sendo assim, para uma correta análise mercadológica, é necessária uma análise macroeconômica relativa ao mercado onde está inserido o **“GRUPO PIQUIRAS”**, observando o comportamento da economia brasileira e as correspondentes tendências que possam efetivamente trazer reflexos nas atividades do Grupo de forma geral.

Desta forma, antes de se analisar propriamente o mercado do **“GRUPO PIQUIRAS”**, é necessário observar o comportamento macroeconômico brasileiro, para depois entrar especificamente no mercado de atuação do Grupo.

Passamos, a seguir a aprofundar sobre essa questão mercadológica e análise de cenários econômicos brasileiros.

6.1 - A economia brasileira

O Brasil atualmente vive uma crise sem precedentes. Crise essa que vem afetando quase todos os setores da economia.

Apresenta-se a seguir comentários quanto alguns dos principais itens da economia:

6.1.1 - Inflação

De acordo com diversas divulgações realizadas, a inflação no Brasil apresenta sinais de persistência. O IPCA, que mede a inflação oficial do país, passou de 9% no acumulado em 12 meses. Segundo analistas, para o próximo ano (2016), a inflação deve permanecer acima do centro da meta estipulada (4,5% a.a.). Não há tendência de

arrefecimento.

As causas dessa persistência são diversas, ainda que de intensidade diferente. Aspectos inerciais, progressiva escassez de fatores de produção em determinadas áreas e manutenção de políticas expansionistas por parte do governo federal, concomitantemente, induzem a alta generalizada dos preços livres, o que, por sua vez, ocasiona pressões políticas para correção constante dos preços administrados.

No que concerne ao aumento dos custos de produção, identifica-se a impossibilidade de sua alteração no curto prazo, com elevação da taxa de desemprego.

A política fiscal expansionista do governo federal, caracterizada pelo contínuo incremento dos gastos públicos, é o componente principal e mais flexível para os efeitos inflacionários.

Em vista dessa situação, a partir de 2015, o governo federal tem feito uso de mecanismos da política monetária e fiscal no combate à inflação. Em razão disso, e considerando a impossibilidade de mudança, no curto prazo, no mercado de trabalho, antecipa-se que os instrumentos de curto prazo usados pelo governo serão: manutenção de elevadas taxa básica de juros e corte de gastos. É preciso que se tenha a inversão de expectativas, visando diminuir a força do componente inercial da inflação e, por consequência, afetar positivamente a confiança dos agentes econômicos.

6.1.2 - Crescimento econômico

O crescimento econômico do país, no ano de 2015, foi praticamente nulo. A necessidade premente de contenção inflacionária, o crescimento apenas moderado do consumo das famílias, a lenta recuperação das principais economias desenvolvidas e a desaceleração dos países emergentes determinam as perspectivas de crescimento da economia brasileira para 2016.

O consumo resultante de ganhos reais de salário e de expansão do crédito foi importante força motriz do crescimento nacional nos últimos anos. Entretanto esse consumo passou a apresentar desaceleração. As tendências inflacionárias,

acompanhadas da manutenção de taxas de juros elevadas são prejudiciais ao prosseguimento da trajetória de alta do consumo, pois, respectivamente, diminuem o poder de compra das famílias e encarecem a tomada de empréstimos.

Os investimentos, por sua vez, dependem diretamente da taxa de juros e da confiança dos investidores. Dada à situação inflacionária, e considerando o compromisso mínimo do BACEN de estabilidade dos preços, existe tendência de alta dos juros e, por conseguinte, de imobilidade ou de aumento apenas moderado nos investimentos.

6.1.3 - Desaceleração do consumo

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) 4, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF), recuou 2,4% em setembro/2015 na comparação com agosto, registrando 59,9 pontos, informou 22/09/2015, o CNC. O ICF recuou 34,5% na comparação com setembro do ano passado. Esse foi o oitavo mês seguido de queda do índice, que permanece abaixo dos 100 pontos, indicando uma percepção de insatisfação com a situação atual.

A CNC revisou para baixo a expectativa de vendas no varejo restrito em 2015, "analisando as condições atuais e as perspectivas futuras da economia", e espera uma retração de 2,9%, ante a queda de 2,4% projetada no mês passado.

Ainda de acordo com a Confederação, o item que pondera o nível de consumo atual é um dos mais baixos, com 59,9 pontos, e queda de 3,9% em comparação com agosto. Em relação a setembro de 2014, o recuo foi de 41%.

O item que analisa a satisfação com o emprego atual foi o único dos sete analisados na pesquisa que se manteve na zona positiva, 106,9 pontos. Contudo, registrou queda de 1,4% em setembro, em comparação com agosto, e 18,8%, em relação a 2014.

4 Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/intencao-de-consumo-das-familias-recua-345-em-um-ano-mostra-cnc.html>

6.1.4 - Taxa de câmbio

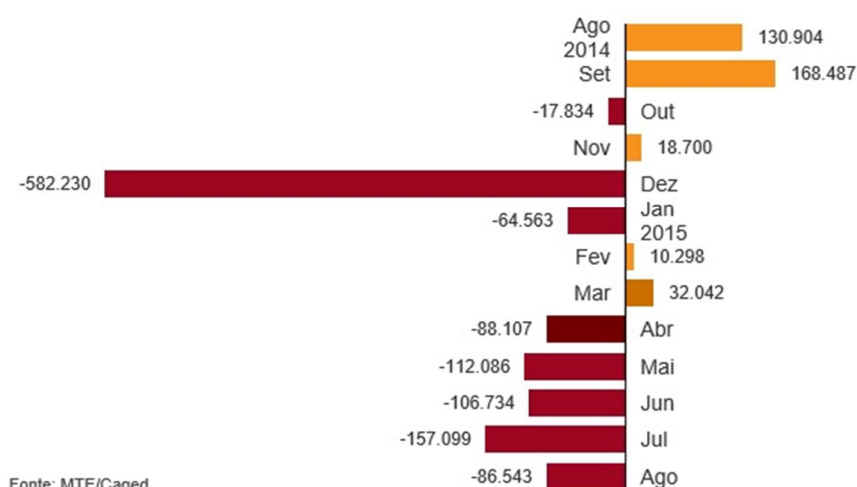
Em 2015 houve uma verdadeira disparada do dólar, cuja cotação da moeda atingiu patamares superiores a R\$ 4,00. Isso afeta diretamente a atividade do **“GRUPO PIQUIRAS”**, no que tange a aquisição de produtos importados para comercialização nos Empórios.

6.2 - O mercado de trabalho

Segundo dados do Cadastro-Geral⁵ de Empregados e Desempregados – CAGED, divulgados pelo ministro do Trabalho e Emprego, demonstram que o mercado formal de trabalho fechou 86.543 empregos com carteira assinada em agosto e 95.602 em setembro. No acumulado do ano, o saldo está negativo em 657.761.

POSTOS DE TRABALHO

Saldo de vagas formais



Fonte: MTE/Caged

Em termos setoriais, o setor que mais fechou vagas foi o de serviços, que eliminou 33.535, na construção civil, o saldo ficou negativo em 28.221, a indústria de transformação apresentou uma queda de 10.915, no comércio com menos 17.253 e na agricultura com redução de 3.246 vagas.

⁵ Fonte: <http://jornalggn.com.br/noticia/mercado-fecha-95-mil-vagas-de-trabalho-em-setembro>

Segundo dados do Governo⁶, no 1º semestre de 2015, o volume de empregos decresceu no Brasil, ou seja, o volume de demissões de funcionários foi maior que o de admissões, o que demonstra a gravidade da atual crise.

6.3 - Juros básicos

Para a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, que havia avançado para 11,75% ao ano no fim de 2014, passou por novos aumentos em 2015, chegando ao patamar de 14,25% até o momento, conforme demonstrado a seguir⁷:



O aumento de juros tem sido o principal instrumento utilizado pelo Banco Central - BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, o BC tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. Para 2014, 2015 e 2016, a meta central de inflação é de 4,5%, mas o IPCA pode oscilar entre 2,5% e 6,5% sem que a meta seja formalmente descumprida.

Pesquisa conduzida pelo Banco Central com mais de 100 instituições financeiras destaca que para 2016, a previsão dos analistas dos bancos para a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), permaneceu

⁶ Fonte: Jornal Nacional – Edição do dia 20 de julho de 2015

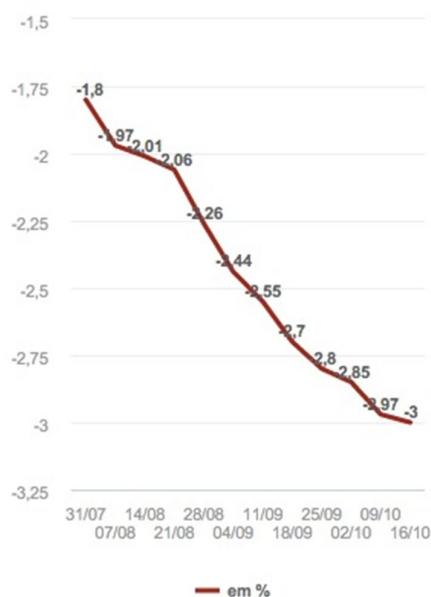
⁷ Fonte: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/10/bc-mantem-juro-em-1425-veja-5-perguntas-e-respostas-sobre-selic.html>

estável em 5,5%⁸.

A expectativa oficial do governo para a inflação deste ano, divulgada no decreto de programação financeira em outubro, está em 9,75%⁹.

PREVISÃO PARA O PIB

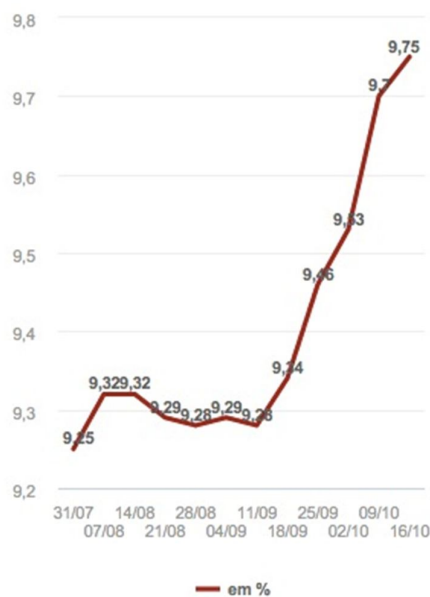
em %, para 2015



Fonte: Banco Central

PREVISÃO PARA O IPCA

em %, para 2015



Fonte: Banco Central

Segundo economistas, a alta do dólar e dos preços administrados (como telefonia, água, energia, combustíveis e tarifas de ônibus, entre outros) pressionaram os preços em 2015. Além disso, a inflação de serviços, impulsionada pelos ganhos reais de salários, segue elevada.

Pelo sistema que vigora no Brasil, a meta central para 2015 e 2016 é de 4,5%, mas, com o intervalo de tolerância existente, o IPCA pode oscilar entre 2,5% e 6,5%, sem que a meta seja formalmente descumprida.

⁸ Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/economistas-reduzem-expectativa-para-inflacao-de-2015-pela-primeira-vez-desde-abril-17280552> - acesso em 16 de setembro de 2015.

⁹ Fonte: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/10/mercado-financeiro-preve-retracao-de-3-para-o-pib-deste-ano.html>.

6.4 - Perfil do setor gastronômico

O setor econômico explorado pelo **“GRUPO PIQUIRAS”** representa atualmente 2,7% do PIB brasileiro. Além disso, o hábito de alimentação fora de casa é cada vez mais crescente e corresponde a 30% dos gastos dos brasileiros com alimentos. É também um setor com enorme potencial na geração de trabalho, principalmente no que se refere a oportunidades de primeiro emprego, absorção de mão-de-obra não especializada (candidata permanente à exclusão), melhoria da qualificação profissional e desenvolvimento de novas carreiras.

Com expansão anual em torno de 10%, o setor de alimentação fora de casa – ou de bares e restaurantes, como é chamado pelos comerciantes do ramo – gera cerca de 450 mil novas oportunidades de emprego por ano, segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) ¹⁰. A maioria das vagas são para garçons – 250 mil novos empregos anuais.

Entretanto, o setor de bares e restaurantes vem sofrendo nos últimos tempos em função da crise econômica vivenciada no país.

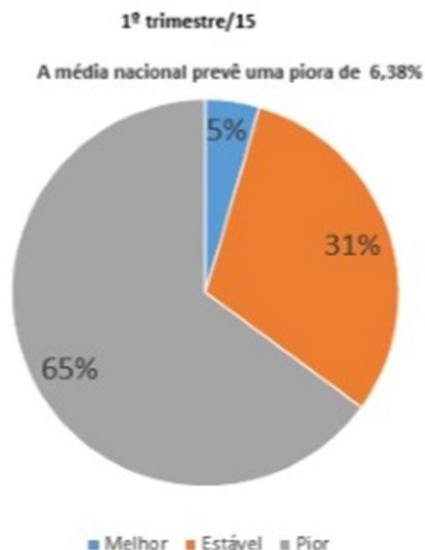
O estado de crise vêm prejudicando o orçamento e muitas famílias estão sendo obrigadas a fazer alterações nos seus hábitos de consumo. Estas alterações incluem também o setor gastronômico, e conseqüentemente, afetam e trazem como reflexo a diminuição do faturamento das empresas que operam no segmento de bares e restaurantes.

Segundo informações divulgadas pela Abrasel, o ambiente de negócios sofreu uma leve melhora ao se comparar o 4º trimestre de 2014 e o 1º trimestre de 2015. Porém a expectativa é de piora para os trimestres subsequentes.

¹⁰ Fonte: Pesquisa – Conjuntura econômica do setor de alimentação fora do lar - ABRASEL

Apresenta-se a seguir o quadro divulgado pela Abrasel quanto à expectativa dos empresários do setor:

Opinião do empresário sobre o ambiente de negócios do setor em 2015 em comparação a 2014 será

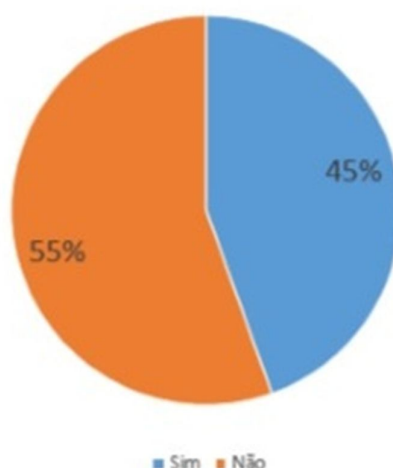


Diferente do que se poderia esperar, o setor de alimentação fora do lar permanece investindo. Nos períodos avaliados (último trimestre de 2015 e primeiro trimestre de 2014), quatro em cada 10 empresários declararam realizar investimentos nos negócios, em ordem superior a 15% do faturamento.

Uma provável explicação é a necessidade de investimentos em maquinários que aumentem a produtividade da operação com objetivo de minimizar as pressões de custo e contingenciar aumentos nos preços de venda, uma vez que o consumidor tem demonstrado dificuldade de absorver qualquer aumento de cardápio.

Percentual de empresas que realizaram e não, investimentos no 1º trimestre/15 (janeiro a março)

A média nacional de todos que realizaram investimento em relação ao faturamento foi de 15,19%



Segundo a ANR – Associação Nacional de Restaurantes¹¹, os chamados restaurantes-empórios têm assistido a um aumento relativo nos lucros ao ampliar a oferta de serviços e transformar os estabelecimentos em pequenos armazéns para a venda de produtos especiais, agregando valor aos produtos comercializados.

6.5 - A visão do “GRUPO PIQUIRAS” sobre seu mercado de atuação

Mesmo diante do cenário de pessimismo em relação a questão macroeconômica brasileira, com altas taxas de juros, câmbio e inflação, redução dos níveis de crescimento econômico, ajuste do preço de diversos produtos, ajustes fiscais, etc, o “**GRUPO PIQUIRAS**” vislumbra não só como apenas possível, mas bastante provável o seu reequilíbrio econômico e financeiro, pois:

- A expectativa dos analistas de mercado é de que a economia brasileira após as turbulências apresentadas em 2015 e 1º semestre de 2016 voltará paulatinamente a apresentar níveis de crescimento em seu PIB à médio prazo;

¹¹ Fonte: <http://www.anrbrasil.org.br>



- A inclusão social (Classes C e D) continua crescente no Brasil buscando o acesso dos menos favorecidos ao consumo, com tendência de aumento do consumo dos atuais produtos do **“GRUPO PIQUIRAS”**;
- As unidades do **“GRUPO PIQUIRAS”** são bem estruturadas e tradicionais;
- Os administradores tem amplo know-how em suas atividades;
- O setor de bares, restaurantes e empórios investem e se modernizam e é exatamente o que **“GRUPO PIQUIRAS”** fez, o que deverá atrair maior público tão logo a atual crise brasileira dê sinais de arrefecimento;
- Ajustes internos estão sendo realizados pelo GRUPO PIQUIRAS no sentido de melhor rentabilizar suas operações;

Diante dessas e outras condições, a viabilidade do **“GRUPO PIQUIRAS”** é incontestável, pois, além das perspectivas do mercado para os próximos anos a experiência dos administradores do Grupo são fatores altamente positivos.

Desta forma, os fatores positivos retro abordados, aliados às ações internas de ajustes reforçam o otimismo dos administradores do **“GRUPO PIQUIRAS”** quanto à viabilidade do Grupo de gerar lucros futuros e continuar sendo gerador de empregos e renda.

7 - CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO “GRUPO PIQUIRAS”

O **“GRUPO PIQUIRAS”**, mesmo tendo registrado crescimento das suas operações e do seu faturamento nos últimos anos, não conseguiu evitar que momentos de turbulência o afetassem, especialmente aqueles decorrentes das recentes crises que vem assolando a economia brasileira. Situações essas que fugiram do raio de ação e controle de gestão da Grupo.

Desta forma, mesmo crescendo moderadamente, o **“GRUPO PIQUIRAS”** passou a apurar excessivo aumento de seus custos financeiros e falta de liquidez financeira, crescentes a cada dia, de modo que, nem com todas as medidas administrativas, financeiras e de gestão tomadas, tais como reduções de custo e melhorias nos processos, vislumbrou-se como possível a superação das adversidades.

A crise financeira que atualmente afeta o **“GRUPO PIQUIRAS”**, adveio de várias situações internas e externas, as quais estão sendo analisadas e a seguir serão detalhadas.

Dentre as várias situações que afetaram o **“GRUPO PIQUIRAS”**, destacam-se, o incêndio na unidade de Buffet, redução do consumo no setor devido a atual crise econômica, crescimento dos custos financeiros, o corte de linhas de crédito, fatores esses que afetaram significativamente a saúde financeira do **“GRUPO PIQUIRAS”**.

Apresenta-se, a seguir, o resumo dos principais problemas vivenciados pelo **“GRUPO PIQUIRAS”**:

7.1 - Fatores externos

7.1.1 - Alavancagem junto a bancos em função dos investimentos e elevadas taxas de juros

O **“GRUPO PIQUIRAS”** efetuou investimentos relevantes nos últimos anos, principalmente com a abertura da unidade no Shopping Flamboyant, os quais foram realizados basicamente com empréstimos bancários.



O Grupo esperava ampliar suas operações através de financiamentos de longo prazo e com taxas de juros mais acessíveis, mas isso não ocorreu e o Grupo acabou tendo que operar com captações de curto prazo com taxas de juros superiores as inicialmente previstas.

Assim, os empréstimos acabaram sendo realizados em uma época em que crises financeiras, o que acabou repercutindo direta e negativamente no fluxo de caixa do Grupo.

Registra-se ainda, que as taxas de juros e os spreads bancários no mercado financeiro, por força de redução dos níveis mundiais de liquidez, também dispararam no mercado interno. Desta forma, os custos financeiros das captações foram aumentando a cada dia e assim passou a corroer a rentabilidade das operações do **"GRUPO PIQUIRAS"**.

Somente para se ter uma idéia, o custo financeiro atual do Grupo em decorrência de seu endividamento bancário passa da ordem de R\$ 5.710.000,00 (cinco milhões e setecentos e dez mil reais) ao ano.

7.1.2 - Recorrência a bancos e custos financeiros crescentes

O montante de despesas financeiras registradas nos Balanços Patrimoniais das empresas do **"GRUPO PIQUIRAS"** em relação ao seu faturamento passou de 9,15% no ano de 2012 para 23,94% no ano de 2015, como pode ser observado no quadro apresentado a seguir:

Ano	Faturamento	Despesas financeiras	%
2012	19.178.738,00	1.755.407,00	9,15%
2013	33.946.129,00	1.284.268,00	3,78%
2014	33.193.912,00	1.172.208,00	3,53%
2015 até setembro	23.855.328,29	5.710.443,76	23,94%

7.1.3 - Corte de linhas de crédito

Com base no exposto acima, verifica-se que o Grupo empresarial acabou ficando

num círculo vicioso, ou seja, com necessidade de maior capital de giro, que não estava sendo suprido pelo aumento do faturamento. Esse aumento do faturamento não ocorreu principalmente em função da crise econômica vivida atualmente no Brasil. Além disso, a falta de capital de giro dificultou as compras, e a rede bancária cortou os limites de crédito.

Registra-se que, se num primeiro momento as linhas de crédito de curto prazo estavam totalmente abertas às empresas, mas com os frequentes rumores de uma nova crise financeira e política brasileira derivadas de escândalos como o Petrolão, a consequência verificada foi a forte retração do crédito disponibilizado no mercado interno brasileiro.

O novo cenário já criado como medida de segurança pelas instituições financeiras em 2014 ocasionou em 2015 sensível abalo na saúde financeira do **“GRUPO PIQUIRAS”**, já que as dificuldades na captação de recursos ganharam corpo, principalmente a partir de 2014. O crédito se tornou escasso com o anúncio feito pelos bancos de que reduziriam os limites de crédito de operações de curto prazo.

7.1.4 - Incêndio em uma das unidades empresariais

No ano de 2012 houve um incêndio, na unidade localizada no Setor Marista, o qual foi controlado pelo Corpo de Bombeiros, sem quaisquer vítimas. Segundo apurado, o fogo iniciou em uma geladeira cedida em comodato e, em cerca de dez minutos, alastrou-se pelo salão, destruindo pratarias, talheres, forros, uniformes de garçons, entre outros itens, culminando com um prejuízo estimado em aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

7.1.5 - Crise na economia e seu reflexo com a diminuição do consumo

Conforme citado no item 6.5 diversos fatores culminaram numa grande crise econômica brasileira, o que tem afetado o consumo das famílias e, como reflexo os gastos das famílias em bares e restaurantes sofreu queda acentuada em 2015.

7.1.6 - Aumento do custo de matérias primas

As dificuldades de manutenção de adequados níveis de capital de giro fizeram com que o Grupo negociasse com seus principais fornecedores maiores prazos de pagamento quando da aquisição de matérias primas.

Os prazos de pagamento mais elásticos foram efetivamente concedidos pelos fornecedores, os quais, contudo, passaram a embutir altos juros no valor das operações realizadas, alguns, inclusive, em valores superiores ao permissivo legal.

7.1.7 - Acirramento de concorrência

Nos últimos anos, Goiânia registrou aumento muito grande no número de bares e restaurantes (Saccaria, Bahrem, Bamboe, Coco Bambu, Kanpai, Hakone, Cateretê, Mercatto, Kabanais). O acirramento da concorrência efetivamente também acabou contribuindo para uma redução do faturamento do **“GRUPO PIQUIRAS”**.

7.1.8. - Redução de margens de lucro

O **“GRUPO PIQUIRAS”**, apesar de crescer o seu faturamento ano a ano, registrou redução em suas margens de lucro. Isso ocorreu, porque não foi possível repassar os aumentos verificados nos custos de matérias primas, salários, energia elétrica aos preços de venda.

Essa situação está sendo vivenciada não só pelo **“GRUPO PIQUIRAS”** mas também por todos aqueles que operam no setor.

7.1.9 - Reajustes de mão de obra e de outros custos superiores à inflação

No Brasil observa-se que nos últimos exercícios vem sendo concedidos reajustes salariais superiores aos níveis inflacionários, o que, conseqüentemente reflexos nos custos relativos a mão de obra. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo com a média dos reajustes salariais¹² concedidos aos trabalhadores do **“GRUPO PIQUIRAS”**, em comparação com os indicadores de inflação:

¹² Dados obtidos do Departamento Pessoal da Recuperanda.

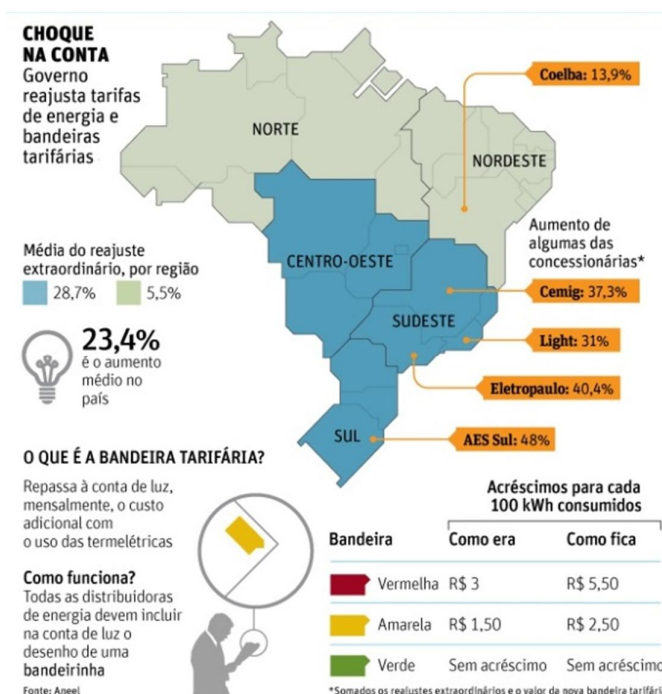
Ano	Reajuste médio	Inflação
2010	7,20%	5,91%
2011	7,30%	6,50%
2012	7,50%	5,84%
2013	8,00%	5,91%
2014	8,00%	6,41%
2015	10,00%	9,53%

Além da mão de obra, diversos outros custos acabaram tendo índices de reajuste bem superiores à inflação, o que não ocorreu com os preços de venda praticados nesse mercado e isso provocou redução das margens de lucratividade.

7.1.10 - Reajustes de energia elétrica

O Governo brasileiro através da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) efetuou diversos reajustes das tarifas elétricas das distribuidoras de energia. Reajustes estes bastante superiores aos níveis inflacionários.

Parte desse aumento refere-se a escassez de recursos hídricos com consequente aumento da participação de termoeletricas no processo de produção de energia. A energia gerada por termoeletricas possui custo bastante superior em relação a energia gerada por hidroeletricas.





8 - DA REESTRUTURAÇÃO DO “GRUPO PIQUIRAS” (art. 53 da LRE)

O primeiro passo, para a reestruturação foi à contratação das empresas especializadas em consultoria financeira e jurídica.

A consultoria financeira em conjunto com a equipe do “**GRUPO PIQUIRAS**” vem trabalhando na análise de custos e despesas visando rentabilizar as operações. O resgate da credibilidade junto aos colaboradores e fornecedores também tem sido uma das prioridades do Grupo.

Nesse sentido, diversas medidas já foram tomadas para redução de despesas de administração, logística, produção e comercial.

Apresenta-se, a seguir, um resumo das ações que já foram ou serão tomadas e estão incorporadas do planejamento financeiro operacional do “**GRUPO PIQUIRAS**”.

8.1 - Medidas já adotadas ou em fase de implementação pela administração

8.1.1 - Fechamento das unidades

O “**GRUPO PIQUIRAS**” irá fechar as unidades dos Restaurantes Marista e do Buena Vista, tendo em vista os prejuízos apurados nessas unidades nos últimos meses.

Desta forma, as operações da unidade Restaurante Marista serão descontinuadas a partir de Dezembro de 2015 e da unidade Restaurante do Buena Vista a partir de Janeiro de 2016.

As projeções financeiras de fluxo de caixa e do resultado anexadas ao presente Plano já contemplam o fechamento das referidas unidades.

8.1.2 - Contratação da consultoria LuRe

Em setembro de 2014 foi contratada a Lure Consultoria visando a aplicação de conceitos de racionalização e gestão de processos financeiros, envolvendo tesouraria e



controladoria através dos conceitos de administração e finanças corporativas.

Além da gestão financeira, foram abertas mais duas frentes junto a Lure, uma de gestão organizacional e outra de produção enxuta (“Lean”). Essas duas frentes trabalham em paralelo mapeando e diagnosticando todos os processos produtivos e organizacionais do Grupo, implantando as melhores práticas, minimizando custos e reduzindo despesas.

8.1.3 - Contratação da empresa Novo Marketing

Em janeiro de 2015 o Grupo contratou a empresa Novo Marketing, uma empresa de treinamento e capacitação de pessoas direcionada exclusivamente ao atendimento e resultado de vendas.

Essa consultoria vem aplicando ferramentas de marketing, tais como o Coaching Gerencial e a criação de diretrizes e processos no atendimento utilizando a senha “ASDAC”, que significa “Abordagem”, “Sondagem”, “Diferencial”, “Adicional” e “Conclusão”. A constante presença de clientes ocultos nas lojas juntamente com campanhas de vendas motivacionais, consegue-se uma melhora no atendimento e crescimento no faturamento.

8.1.4 - Parceria com a PC Sistemas (Software de Gestão)

Desde de 2012 o “**GRUPO PIQUIRAS**” trabalha com o sistema Winthor, ERP que roda em toda a rede de maneira integrada. O “**GRUPO PIQUIRAS**” ajudou no desenvolvimento desse produto que hoje é líder no segmento de empórios e mercados Brasil afora.

Ao tomar conhecimento do processo de Recuperação Judicial, o CEO da PC Sistema, Ronan Maia, concedeu de maneira espontânea, 50% de desconto na mensalidade do sistema por 1 ano e 25% de desconto em qualquer serviço contratado junto a PC também no período de 1 ano, além de bonificar 1 acesso ao EAD, um programa de desenvolvimento e capacitação on-line por 6 meses. Com isso haverá uma



redução de custos da ordem de R\$ 35 mil reais no ano.

O Grupo conta com a parceria da PC, caso seja necessário, para reimplantar algumas rotinas do sistema visando melhorar os controles e indicadores necessários para tomada de decisão e acompanhamento dos resultados planejados.

8.1.5 - Redução do quadro de colaboradores e gestores

Uma verdadeira força tarefa vem sendo feita visando uma modificação da estrutura organizacional do “**GRUPO PIQUIRAS**”. Isso incluiu readequação de funções e atividades visando otimizar o quadro funcional.

De setembro de 2014 até agosto de 2015, o quadro de pessoal foi reduzido em 47 trabalhadores.

Essa redução quantitativa de número de colaboradores gerou economia mensal da ordem de R\$ 70 mil reais ao mês entre folha e encargos.

O Grupo trabalhará com um quadro enxuto e coerente com sua nova realidade, e buscará a retomada de seu crescimento, mantendo a excelência de seus serviços.

8.1.6 - Redução de custos e despesas

O “**GRUPO PIQUIRAS**” está realizando diversos estudos no sentido de redução de seus custos e despesas. Nesse sentido, serão feitas novas cotações para compra de mercadorias com melhor preço e revisões nos contratos de prestação de serviços e aluguéis, nas despesas de um modo geral.

8.1.7 - Renegociação dos créditos não sujeitos a Recuperação Judicial

O “**GRUPO PIQUIRAS**” tentará a renegociação dos créditos extra concursais não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, visando o alongamento da dívida e redução do custo financeiro.

8.1.8 - Análise de rentabilidade por produto

O “**GRUPO PIQUIRAS**” aprimorou os critérios de apuração de margens por produto. O objetivo desses estudos foi o de identificação dos produtos que geram maior lucro, para com isso, promover ações no sentido de otimizar vendas dos produtos mais lucrativos e reduzir a dos produtos que não geram boa rentabilidade.

8.1.9 - Busca de novos parceiros para fomento das operações

O “**GRUPO PIQUIRAS**” vem buscando novos fornecedores e instituições que possam agregar valores no fomento das operações.

8.1.10 - Retomada de credibilidade junto a credores

Intenso processo de discussão com os principais credores do Grupo já foi sendo iniciado, objetivando a manutenção do fornecimento de produtos essenciais as atividades.

8.1.11 - Implantação de fluxo de caixa e demonstração de resultados projetados

O “**GRUPO PIQUIRAS**” implantou sistema de apuração de fluxo de caixa e demonstração de resultados projetados, para melhor acompanhamento e controle da rentabilidade e liquidez.

8.1.12 - Busca de liberação de travas bancárias

O “**GRUPO PIQUIRAS**” já pleiteou junto à Justiça a liberação de recursos financeiros que foram bloqueados por algumas instituições financeiras após o Pedido de Recuperação Judicial.

Oportuno ressaltar, que a liberação desses recursos é muito importante para que o Grupo possa restabelecer rapidamente seus níveis de estoques, essenciais à sustentação operacional.



8.1.13 - Redução dos custos do endividamento

Este Plano prevê a redução substancial dos custos do endividamento do “**GRUPO PIQUIRAS**” para patamares aceitáveis em relação ao fluxo de caixa projetado.



9 - DAS PREMISSAS ECONÔMICAS FINANCEIRAS ADOTADAS NESTE PLANO (Art. 53, II, da LRE)

9.1 - Viabilidade econômica

A Lei de recuperação de empresas, interpretada à luz do princípio da preservação envolve, além das importantes reestruturações operacionais e mercadológicas, o raciocínio lógico-científico do consultor na análise e avaliação criteriosa dos resultados financeiros a serem alcançados através das medidas propostas.

No presente Plano, a análise financeira dos resultados projetados foi feita, com o máximo de rigor possível dentro de premissas revestidas de adequado grau de conservadorismo.

Os administradores e os consultores do **"GRUPO PIQUIRAS"** cuidaram desde o primeiro momento desta fase, em reiterar políticas e implantar relatórios de acompanhamento que permitirão a constante verificação do andamento das operações para a necessária análise de alternativas e correção de rumos.

Entretanto, a melhor contribuição do modelo proposto foi à elaboração de um modelo de relatório gerencial que primou pela qualidade da projeção dos resultados a serem alcançados via implementação deste Plano, feita a partir da captação das medidas de recuperação estudadas pelos administradores do **"GRUPO PIQUIRAS"**.

Desta forma, a viabilidade econômico-financeira deste Plano está claramente demonstrada através das projeções realizadas as quais comprovam a viabilidade da forma de pagamento proposta.

Assim sendo, foram feitas projeções de custos, despesas e receitas do Grupo para o período de 14 (quatorze) anos (Anexos I a V).

A Demonstração de Fluxos de Caixa Projetados (Anexo I) reflete, em bases anuais, a capacidade do Grupo para o cumprimento dos compromissos assumidos: a liquidação dos valores devidos.



Apresenta-se, ainda, a Demonstração de Resultados Projetados (Anexo II), que deverá ser sempre confrontado com os dados reais para as devidas avaliações, o que, em última análise, permite a identificação de eventuais desvios e a imediata implementação de ações corretivas, tornando o Plano facilmente acompanhável e flexível.

9.2 - Premissas utilizadas para as projeções financeiras

Inicialmente, importante ressaltar que as premissas que foram utilizadas na elaboração das projeções de resultado e fluxo de caixa são as seguintes:

- Fundamentar projeções na mais realista probabilidade de consecução das metas referentes às áreas comercial (quantidades e preços de venda), administrativa e econômico-financeira, conforme explicado no texto deste Plano;
- Determinar, como principal objetivo, que os saldos acumulados finais de caixa sejam positivos, confirmando a capacidade de recuperação do Grupo;
- Destacar que é absolutamente imprescindível a concessão dos prazos de carência estabelecidos no item 12 deste Plano;
- O valor constante da 1ª relação de credores está sendo utilizado como base para o presente Plano e já contempla a separação da 4ª classe de credores – Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte – criada pela Lei Complementar 147/14.

Até a data da realização da Assembleia Geral de Credores (art. 56 da LRE) será apresentada a 2ª Relação de Credores pelo Administrador Judicial (CF. art. 7º, § 2º da Lei nº 11.101/05). Os credores constantes dessa nova relação terão o mesmo tratamento que será dado aos credores da primeira lista de credores no presente Plano.

No fluxo de caixa também estão computados todos os custos inerentes à Recuperação Judicial (honorários do administrador judicial e consultorias jurídica e

financeira).

Por fim, ressalta-se que a adequada recuperação do Grupo, se dará pela implementação das medidas previstas neste Plano, dependerá de diversos fatores, pois além da boa vontade, do conhecimento, da experiência e da capacidade de todos os envolvidos, sejam eles administradores, consultores, cada qual com suas habilidades, o sucesso desta recuperação também dependerá de fatores externos, tais como a política monetária, política de juros, modificações na carga tributária, fatores esses, que hoje são imprevisíveis.

Recomenda-se, portanto, que para superar esses obstáculos imponderáveis no momento, ser importante manter-se sempre atualizado, sem perder de foco o objetivo principal do Grupo, ou seja, a obtenção de resultados positivos.

As planilhas trazidas como anexos ao presente Plano demonstram de forma inequívoca, que o **"GRUPO PIQUIRAS"** é viável, posto que, poderá manter-se no mercado, bem ainda, gerar recursos em longo prazo para pagar seus credores e manter, assim, o negócio em bom funcionamento.

Destaque-se, quanto à viabilidade econômica, que o negócio do **"GRUPO PIQUIRAS"** possui mercado, que embora atravessasse atuais momentos de retração, tem probabilidade de expansão. Sendo assim, tanto pelas planilhas anexas, como pelo cenário macroeconômico e pelos mercados que atua, é evidente que o **"GRUPO PIQUIRAS"** é economicamente viável, especialmente no que se refere à busca de parcerias e desenvolvimento de novos mercados procurando aumentar a rentabilidade do Grupo.

Desta forma, todos os fatores acima, trabalhados em conjunto, em especial, as novas estratégias empresariais e financeiras, levarão novamente o **"GRUPO PIQUIRAS"** a uma posição de destaque no setor, implicando em sua recuperação, prevalecendo, assim, os princípios da função social da empresa, da manutenção da fonte geradora de empregos e de tributos, dando valia ao espírito norteador da Lei 11.101/05.

10 - CAPITAL TANGÍVEL E INTANGÍVEL

10.1 - Capital Tangível

Em anexo a este Plano de Recuperação Judicial, apresenta-se Laudo de Avaliação dos Bens do **“GRUPO PIQUIRAS”**. O Grupo possui bens patrimoniais, basicamente compostos por: máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, equipamentos de informática, instalações e veículos. Referido Laudo foi preparado por perito independente e está sendo apresentado juntamente com este Plano de Recuperação.

10.2 - Capital Intangível

O Plano de Recuperação Judicial, ora submetido, não estaria completo sem uma apreciação sobre a marca de propriedade do **“GRUPO PIQUIRAS”**.



A marca apresentada acima é, segundo os compêndios e consultorias especializadas, Marcas Mistas, ou seja, constituídas pela combinação de elementos nominativos e figurativos que compõem uma imagem ou símbolo que distinguem o produto visualmente.

Segundo a legislação brasileira, marca é todo o sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços, garantindo o direito de uso exclusivo em todo o território nacional na sua atividade, evitando confusão ao consumidor.

Sem dúvida o valor intangível decorrente do nome **“GRUPO PIQUIRAS”** agrega expressivo valor comercial ao Grupo. Valor esse que foi formado por anos de serviços prestados, incorporando a cada obra maiores e melhores níveis de *Know-How* às atividades, que se traduzem nos inúmeros certificados de qualidade e capacitação técnica obtidos pelo Grupo na prestação de serviços de sua especialidade, conforme já



mentionado nesse Plano.

A importância da marca de um modo geral, e em particular para o “**GRUPO PIQUIRAS**”, reside no fato de tal ativo intangível ser a um só tempo um referencial que aumenta o valor do ativo patrimonial.

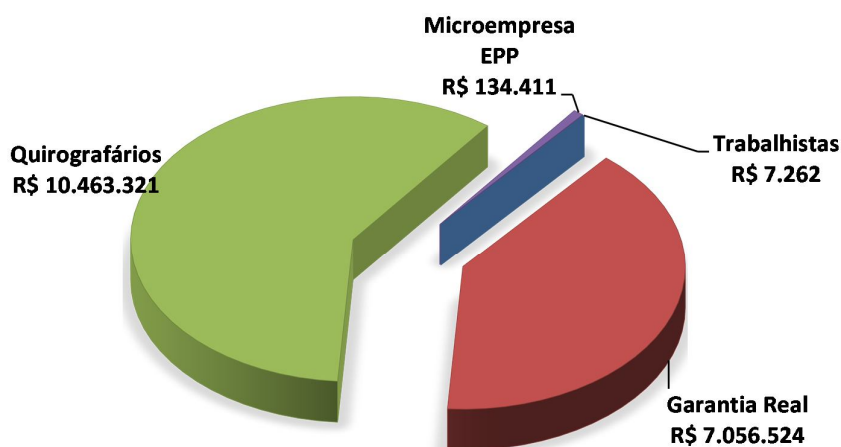
11 - CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES

O quadro de credores do “**GRUPO PIQUIRAS**” é composto por: trabalhadores, fornecedores e instituições financeiras. Com relação a fornecedores, observa-se que os créditos, em sua grande maioria são originários de estreito e antigo relacionamento comercial, adquiridos no desempenho de seu objetivo social.

Desta forma, o resumo dos credores do “**GRUPO PIQUIRAS**”, detalhado por grupo segue abaixo:

Classe	Valores
Credores Trabalhistas	7.262,41
Credores Garantia Real	7.056.523,99
Credores Quirografários	10.463.320,78
Credores Microempresa EPP	134.410,97
Total Geral	17.661.518,15

Gráfico de representatividade por classe de credores



Fonte: “**GRUPO PIQUIRAS**”

12 - DO PAGAMENTO AOS CREDORES

A presente Recuperação Judicial possui 04 (quatro) classes de credores, os credores Trabalhistas, os credores de Garantia Real, os credores Quirografários e os credores Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

Conforme já citado, estão sendo considerados os valores informados na primeira relação geral de credores, segregando-se a 4ª classe de credores composta por micro empresas e empresas de pequeno porte. Referida relação de credores será objeto de análise e ajustes pelo Administrador Judicial, que divulgará nova listagem oportunamente, conforme previsão do art. 7º, § 2º da LRE.

O Plano de pagamento foi concebido levando-se em consideração as projeções do fluxo de caixa livre. Referidas projeções foram elaboradas partindo-se dos relatórios gerenciais e contábeis do “**GRUPO PIQUIRAS**” e realizando-se projeções para os próximos 14 (quatorze) anos, incluindo-se algumas variáveis e fatores determinantes econômico-financeiros e de mercado.

12.1 - Pagamento aos credores – Trabalhistas

12.1.1 - Credores trabalhistas da lista atual

O tratamento que será dado aos credores constantes na atual lista de credores será:

- a) Carência de 06 (seis) meses a partir do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial. Após a carência, os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho serão integralmente pagos em 06 (seis) parcelas mensais, vencendo-se a primeira no 5º dia útil subsequente ao 6º mês da carência e assim sucessivamente.

- b) Os créditos até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao

pedido de Recuperação Judicial, serão pagos em até 30 dias após o trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.

- c) Eventuais valores de natureza alimentar serão pagos em até 30 dias após o trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.
- d) Fica facultado à recuperanda manter os acordos formalizados junto a Justiça do Trabalho.

12.1.2 - Credores trabalhistas que tiverem seus créditos reconhecidos e habilitados após a elaboração da 2ª relação geral de credores

Para novos créditos a serem eventualmente habilitados após a elaboração da segunda lista de credores, a empresa efetuará o pagamento de referidos créditos com 06 (seis) meses de carência. A carência se iniciará a partir do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial ou após a intimação da efetiva habilitação pelo Juízo da Recuperação Judicial, do dois o que ocorrer por último. Após a carência, o crédito será pago em 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas sendo o primeiro pagamento no 10º (décimo) dia útil subsequente ao sexto mês da carência e assim sucessivamente.

12.1.3 - Atualização de valores

Os valores não serão atualizados.

12.1.4 - Encargos sociais

Os encargos sociais relacionados à classe trabalhista serão pagos e/ou parcelados na forma prevista em Lei, tão logo seja regulamentado o parcelamento especial previsto pela Lei Complementar 118/ 2005, que incluiu os § 3º e § 4º ao art. 155-A do CTN.

12.2 - Pagamento aos credores – Garantia Real

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto a proposta técnica quanto a forma de pagamento aos credores garantia real.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

- a) **Carência** – 01 (um) ano a partir da publicação do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial;
- b) **Deságio** – 70% (setenta por cento);
- c) **Amortização** – O Pagamento de 30% (trinta por cento) do valor constante na lista de credores, será feito conforme indicado na tabela abaixo;
- d) **Correção dos valores devidos** – Os valores em cada ano serão atualizados pela variação da TR acrescida de juros de 1% (hum por cento) ao ano, calculados *pró-rata die*, a partir da data da assembleia de credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme quadro a seguir:

Fluxo de Pagamento Credores Garantia Real

ANO	Saldo	Atualização	Taxa de Referência	Valor Correção	Saldo Corrigido	% Amortização	Amortização
1	2.116.957	1,00%	1,00%	42.339	2.159.296		-
2	2.159.296	1,00%	1,00%	43.186	2.202.482	3%	107.965
3	2.094.517	1,00%	1,00%	41.890	2.136.408	3%	106.669
4	2.029.739	1,00%	1,00%	40.595	2.070.333	3%	105.374
5	1.964.960	1,00%	1,00%	39.299	2.004.259	8%	212.043
6	1.792.216	1,00%	1,00%	35.844	1.828.060	8%	208.588
7	1.619.472	1,00%	1,00%	32.389	1.651.862	9%	226.726
8	1.425.136	1,00%	1,00%	28.503	1.453.638	9%	222.839
9	1.230.799	1,00%	1,00%	24.616	1.255.415	9%	218.953
10	1.036.462	1,00%	1,00%	20.729	1.057.191	9%	215.066
11	842.126	1,00%	1,00%	16.843	858.968	9%	211.179
12	647.789	1,00%	1,00%	12.956	660.745	10%	228.885
13	431.859	1,00%	1,00%	8.637	440.496	10%	224.567
14	215.930	1,00%	1,00%	4.319	220.248	10%	220.248

(Os percentuais demonstrados no quadro acima incidirão sobre o valor já com o deságio de 70%)

- e) Os valores retro descritos serão pagos aos credores em 4 (quatro) parcelas trimestrais, sendo cada pagamento realizado no último dia útil do mês subsequente a cada trimestre após a carência;
- f) O prazo máximo de pagamento dos valores devidos aos credores será de 14 (quatorze) anos.

12.3 - Pagamento aos credores – Quirografários

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto a proposta técnica e quanto a forma de pagamento aos credores quirografários.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

- a) **Carência** - 01 (um) ano para início dos pagamentos, contados a partir da publicação do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial;
- b) **Deságio** - 70% (setenta por cento) sobre o valor do crédito;
- c) **Amortização** - O Pagamento de 30% (trinta por cento) do valor constante na lista de credores, será feito conforme indicado na tabela abaixo;
- d) **Correção dos valores devidos** – Os valores em cada ano serão atualizados pela variação da TR acrescida de juros de 1% (hum por cento) ao ano, calculados *pró-rata die*, a partir da data da assembleia de credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme quadro a seguir:

Fluxo de Pagamento Credores Quirografários

ANO	Saldo	Atualização	Taxa de Referência	Valor Correção	Saldo Corrigido	% Amortização	Amortização
1	3.138.996	1,00%	1,00%	62.780	3.201.776		-
2	3.201.776	1,00%	1,00%	64.036	3.265.812	3%	160.089
3	3.105.723	1,00%	1,00%	62.114	3.167.837	3%	158.168
4	3.009.670	1,00%	1,00%	60.193	3.069.863	3%	156.247
5	2.913.616	1,00%	1,00%	58.272	2.971.889	8%	314.414
6	2.657.474	1,00%	1,00%	53.149	2.710.624	8%	309.292
7	2.401.332	1,00%	1,00%	48.027	2.449.359	9%	336.186
8	2.113.172	1,00%	1,00%	42.263	2.155.436	9%	330.423
9	1.825.012	1,00%	1,00%	36.500	1.861.513	9%	324.660
10	1.536.853	1,00%	1,00%	30.737	1.567.590	9%	318.897
11	1.248.693	1,00%	1,00%	24.974	1.273.667	9%	313.134
12	960.533	1,00%	1,00%	19.211	979.744	10%	339.388
13	640.355	1,00%	1,00%	12.807	653.162	10%	332.985
14	320.178	1,00%	1,00%	6.404	326.581	10%	326.581

(Os percentuais demonstrados no quadro acima incidirão sobre o valor já com o deságio de 70%)

- e) Os valores retro descritos serão pagos aos credores em 4 (quatro) parcelas trimestrais, sendo cada pagamento realizado no último dia útil do mês subsequente a cada trimestre após a carência;
- f) O prazo máximo de pagamento dos valores devidos aos credores será de 14 (quatorze) anos.

12.4 - Pagamento aos credores – Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte (4ª classe de credores criada pela Lei Complementar 147/14)

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

- a) **Carência** - Sem carência, o início dos pagamentos será contado a partir da publicação do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial;
- b) **Deságio** - 30% (trinta por cento) sobre o valor habilitado na Recuperação Judicial;
- c) **Amortização** - O Pagamento de 70% (setenta por cento) do valor constante na lista de credores, conforme indicado na tabela abaixo;

- d) **Correção dos valores devidos** – Os valores em cada ano serão atualizados pela variação da TR acrescida de juros de 2% (dois por cento) ao ano, calculados *pró-rata die*, a partir da data da assembleia de credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme quadro a seguir:

Fluxo de Pagamento Credores Microempresa e EPP							
ANO	Saldo	Atualização	Taxa de Referência	Valor Correção	Saldo Corrigido	% Amortização	Amortização
1	94.088	2,00%	1,00%	2.823	96.910	25%	26.345
2	70.566	2,00%	1,00%	2.117	72.683	25%	25.639
3	47.044	2,00%	1,00%	1.411	48.455	25%	24.933
4	23.522	2,00%	1,00%	706	24.228	25%	24.228

(Os percentuais demonstrados no quadro acima incidirão sobre o valor já com o deságio de 30%)

- e) **Pagamento Mínimo** – Para os credores desta classe, fica estabelecido que o pagamento mínimo mensal será de R\$ 100,00 até a liquidação do valor devido após o compute do deságio;
- f) Os valores retro descritos serão pagos aos credores em 4 (quatro) parcelas trimestrais, sendo cada pagamento realizado no último dia útil do mês subsequente a cada trimestre após a carência;
- g) O prazo máximo de pagamento dos valores devidos aos credores será de 4 (quatro) anos.

12.5 - Outras considerações sobre as propostas de pagamento a credores

- Caso até a data da realização da Assembleia Geral de Credores (art. 56 da LRE) tenha sido apresentada a 2ª Relação de Credores pelo Administrador Judicial (CF. art. 7º, § 2º da Lei nº 11.101/05), os credores constantes dessa nova relação terão o mesmo tratamento que será dado aos credores da primeira lista de credores no presente Plano;
- Cumprimento das determinações da LFRE, especialmente, do artigo 50, I e XI;

- Tratamento igualitário entre credores da mesma classe;
- Viabilidade financeira do Plano;
- Fazer prevalecer o espírito da Lei, tratando seus credores, parceiros históricos da empresa, com justiça e bom senso.

12.6 - Créditos reconhecidos após a segunda relação de credores divulgada pelo Administrador Judicial

Os créditos com Garantia Real, Quirografários e Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte retardatários, reconhecidos após a publicação da segunda relação de credores do **“GRUPO PIQUIRAS”**, serão pagos de acordo com a proposta de pagamento previsto nesse Plano para a respectiva classe.

12.7 - Resumo de pagamento aos credores

Tipo de crédito	Carência	Forma de pagamento (Pagamento mínimo)	Correção	Deságio
Trabalhista	06 Meses	06 Meses - Pagamento fixo	Sem correção	Sem deságio
Garantia Real	12 Meses	Pagamento em 14 anos	TR + 1% a.a.	70%
Quirografário	12 Meses	Pagamento em 14 anos	TR + 1% a.a.	70%
Microempresa - EPP	Sem carência	Pagamento em 4 anos	TR + 2% a.a.	30%

12.8 - Prazos para pagamento

Todos os prazos constantes neste Plano ocorrem a partir da publicação do trânsito em julgado da decisão que homologar a aprovação do Plano de Recuperação Judicial do **“GRUPO PIQUIRAS”**, salvo expressa disposição em contrário.

12.9 - Impostos

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, o Grupo procura, na medida do possível, manter os pagamentos dos impostos. Atualmente o **“GRUPO PIQUIRAS”** possui o montante de R\$ 9.095.173 (nove milhões noventa e cinco mil cento e setenta e três reais) de impostos em atraso.

Os administradores do **“GRUPO PIQUIRAS”** têm convicção que é preciso envidar todos os esforços para regularização dos tributos estaduais e federais vencidos. Para isso, o **“GRUPO PIQUIRAS”** irá aderir a parcelamentos compatíveis com sua capacidade financeira.

Importante registrar que o **“GRUPO PIQUIRAS”** esta efetuando a revisão dos documentos fiscais apresentados dos últimos 5 (cinco) anos aos órgãos competentes. Visando redução de seu passivo tributário.

12.10 - Outros pagamentos previstos a credores – Leilão Reverso

De acordo com as projeções financeiras anexas ao presente Plano de Recuperação, é possível que a Recuperanda consiga gerar excedente de caixa, em cada ano, em relação aos pagamentos previstos a credores.

Desta forma, o **“GRUPO PIQUIRAS”** propõe que o excedente de geração de caixa em cada ano, deduzidos dos valores pagos aos credores, possa, à opção da recuperanda, ter a seguinte destinação:

- 40% (quarenta por cento) do excedente de caixa gerado serão destinados para pagamento aos credores na modalidade de Leilão Reverso.
- 60% (quarenta por cento) do excedente do caixa gerado permanecerão no caixa do Grupo para reforço de capital de giro, visando a redução de custos financeiros.



Fica desde já estabelecido que a apuração do saldo de geração de caixa, para fins de pagamento dos valores descritos neste item, será efetuada observando-se os conceitos estabelecidos no Anexo I (Fluxo de Caixa) do presente Plano de Recuperação.

“Leilão Reverso de Créditos”, na prática, significa destinar recursos do próprio Grupo para aquisição de créditos com deságio. Vencerão o leilão os credores que ofertarem seus créditos com a maior taxa de deságio possível.

Como já foi dito, referidos leilões serão efetuados mediante utilização de percentual de 40% (quarenta por cento) do excedente de caixa gerado. Os leilões reversos serão realizados anualmente em até 90 dias após a data de fechamento do correspondente ano após o período de carência e nos leilões poderão participar tanto credores com garantia real quanto quirografários.

13 - OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

Conforme estabelece o art. 50 da Lei 11.101/05, outros meios poderão ser utilizados para prover a recuperação da empresa, sendo que todas as medidas abaixo podem ser tomadas desde que os valores dos credores sejam prioritariamente liquidados com os recursos oriundos das medidas a serem implantadas.

I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;

II – cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;

III – alteração do controle societário;

VI – aumento de capital social;

VII – trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;

VIII – redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;

IX – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;

X – constituição de sociedade de credores;

XI – venda parcial dos bens;

XII – equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;

XIII – usufruto da empresa;

XIV – administração compartilhada;

XV – emissão de valores mobiliários;

XVI – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

Fica desde já estabelecido que, a adoção de qualquer uma das medidas retro citadas, desde que já não esteja expressamente detalhada no presente Plano de Recuperação, será feita com prévia autorização dos credores em Assembleia Geral de Credores.

14 - VENDA DE ATIVOS

Fica facultada a recuperanda a alienação ou oneração de bens ou direitos de seu ativo permanente, desde que comprovada e reconhecida a utilidade do ato e autorizado pelo juízo da Recuperação Judicial, conforme art. 66 da Lei 11.101/05.

Fica garantida ao Grupo a plena gerência de seus ativos, restando autorizado, com a aprovação do Plano, a alienação de ativos inservíveis ou cuja alienação não implique em redução de atividades da recuperanda, ou quando a venda se seguir de reposição por outro bem equivalente ou mais moderno.

Em razão do desgaste e por estar o Grupo em recuperação, os bens poderão ser vendidos com até 40% de redução em relação ao seu valor líquido contábil.

Da mesma forma, fica permitida a disponibilização dos bens para penhor, hipoteca, arrendamento ou alienação em garantia, respeitadas, quanto à valoração dos bens, as premissas válidas para o mercado. Os recursos obtidos com tais vendas comporão o caixa do Grupo, fomentando assim a sua atividade e possibilitando assim o pagamento a seus credores e o cumprimento do Plano de Recuperação.

Eventuais vendas serão imediatamente comunicadas e detalhadas ao Administrador Judicial para já constar do relatório mensal de atividades.



15 - VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA DO PLANO

A viabilidade econômica financeira do presente Plano de Recuperação Judicial está devidamente demonstrada conforme projeções do fluxo de caixa apresentada em anexo ao presente, que demonstra a possibilidade de pagamento, pela recuperanda, das propostas de pagamento apresentadas para cada classe de credores.

16 - OUTROS EFEITOS INERENTES À APROVAÇÃO DO PLANO

16.1 - Suspensão das ações de recuperação de crédito

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, deverão ser suspensas todas as ações de cobrança, monitórias, execuções judiciais ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra o **“GRUPO PIQUIRAS”**, referente aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial e que tenham sido novados pelo Plano aprovado.

É vedada ainda, a constrição de bens e prosseguimento processual enquanto o Plano aprovado estiver sendo regularmente cumprido. Os processos permanecerão suspensos enquanto as obrigações assumidas neste Plano estiverem sendo cumpridas a tempo e modo, até eventual solução, rescisão ou alteração do Plano aprovado.

Os credores não poderão ajuizar novas ações de cobrança, execução ou de qualquer outro título no intuito de reaver os créditos incluídos na Recuperação Judicial, mesmo que cedidos a terceiros, por endosso ou cessão de crédito, ou de período abrangido pela recuperação, salvo no caso de descumprimento do Plano, nos termos dos artigos 58 e 59 da Lei nº 11.101/2005.

No caso de interposição de ação em razão dos créditos referidos no parágrafo acima, não poderá o patrimônio do Grupo sofrer qualquer espécie de ônus na tentativa de cumprimento de ato executório.

16.2 - Novação da dívida

A aprovação do Plano acarretará por força do disposto no art. 59 da Lei nº. 11.101/2005 a novação das dívidas sujeitas à recuperação.

16.3 - Suspensão da publicidade dos protestos

Uma vez o Plano de Recuperação Judicial aprovado, consolidado a novação de todos os créditos sujeitos à Recuperação Judicial, todos os credores concordarão com suspensão da publicidade dos protestos efetuados, desde que o Plano de Recuperação Judicial esteja sendo cumprido nos termos aprovados, ordem esta que poderá ser tomada pelo Juiz da Recuperação Judicial a pedido da recuperanda desde a data da concessão da Recuperação.

Após a quitação dos créditos nos termos do Plano de Recuperação, os valores serão considerados quitados integralmente e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos.

16.4 - Pagamento aos credores ausentes ou omissos:

Os valores devidos aos Credores nos termos deste Plano serão pagos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED).

Os Credores devem informar à recuperanda, via carta registrada enviada ao endereço de sua sede e dirigida à diretoria, seus dados bancários para fins de pagamento. A conta deverá obrigatoriamente ser de titularidade do credor, caso contrário deverá o credor apresentar autorização formalizada e com firma reconhecida para a realização de pagamento em conta de terceiros.

Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do vencimento, suas contas bancárias.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como descumprimento do Plano.



Caso o credor não forneça os seus dados dentro do prazo dos pagamentos, os valores devidos a este credor determinado ficarão no caixa do Grupo.

16.5 - Descumprimento do Plano

O Plano somente será considerado descumprido na hipótese de mora no pagamento de 1 (uma) parcela prevista neste Plano.

Eventual mora no descumprimento de qualquer parcela poderá ser purgada no prazo de (30) trinta dias a contar da data da intimação judicial acerca da data de vencimento.

17 - DA FALÊNCIA

“No direito brasileiro, abstraída a hipótese de desistência, não há terceira alternativa: quem requer o benefício da Recuperação Judicial ou o obtém ou terá sua falência decretada.” (in Comentários à nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas – Fábio Uchoa Coelho – 4ª. Edição, pag. 73)

A Lei de Recuperações é rigorosa quanto à aprovação e ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Assim sendo, a decisão pela concessão da Recuperação Judicial da empresa está nas mãos da assembleia de credores.

Caso ocorra a decretação da falência do Grupo teremos a seguinte ordem de liquidação dos créditos, além do pagamento dos credores extraconcursais:

Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

- I. Os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;*
- II. Créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;*
- III. Créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;*
- IV. Créditos com privilégio especial;*
- V. Créditos com privilégio geral;*
- VI. Créditos quirografários;*
- VII. As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias;*
- VIII. Créditos subordinados.*

Conforme se observa, a hipótese de falência traria enorme prejuízo à classe de quirografários, pois primeiro são liquidados os saldos extra concursais, bem como saldos com garantia real, trabalhadores e tributos para o restante ser rateado aos demais credores. Além disso, os ativos do **“GRUPO PIQUIRAS”**, em caso de falência raramente são vendidos a preço de mercado. Finalmente, o Brasil perderia uma importante referencia gastronômica nacional e genuinamente goiana, diminuindo a



geração de riquezas e causando desemprego.

Diante do quadro exposto, o “**GRUPO PIQUIRAS**” entende que a falência não é uma alternativa melhor aos credores do que a proposta constante do presente Plano, que trata todos os credores de maneira isonômica e que demonstra com clareza e consistência que a continuidade das operações mediante a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela assembleia geral de credores possibilitará a liquidação das dívidas, conforme fluxo de pagamento anexo ao presente Plano.

18 - RESUMO “CONCLUSÃO”

O Plano de Recuperação Judicial proposto atende cabalmente os princípios da Lei 11.101/2005, no sentido da tomada de medidas aptas à recuperação financeira, econômica e comercial do **“GRUPO PIQUIRAS”**.

O presente Plano cumpre a finalidade da Lei, de forma detalhada e minuciosa, sendo fundamentado com planilhas financeiras de projeções contábeis e de fluxo de caixa, comprovando a probabilidade de pagamento aos credores e a viabilidade econômica do Grupo.

Saliente-se ainda que o Plano de Recuperação apresentado demonstra a viabilidade financeira e econômica da entidade, desde que conferidos novos prazos e condições de pagamentos aos credores.

Os conceitos que foram aplicados têm por objetivo fazer com que o **“GRUPO PIQUIRAS”** agilize os pagamentos dentro do prazo estabelecido.

Desta forma, considerando que a recuperação financeira do **“GRUPO PIQUIRAS”** é medida que trará benefícios a sociedade como um todo, através da geração de empregos e riqueza ao país, especialmente na região centro oeste do Brasil, somado ao fato de que as medidas financeiras, de comercialização e de reestruturação interna, em conjunto com o parcelamento de débitos são condições que possibilitarão a efetiva retomada dos negócios, temos que, ao teor da Lei 11.101/2005 e de seus princípios norteadores, que prevê a possibilidade de concessões judiciais e de prazos com credores para a efetiva Recuperação Judicial de empresas, vemos o presente Plano como a cabal solução para a continuidade da entidade.

Cabe esclarecer que todas as informações que fundamentaram a elaboração do presente Plano de Recuperação, assim como os dados contábeis, projeções e análises, foram fornecidas pelo **“GRUPO PIQUIRAS”**. Da mesma forma, as afirmações e opiniões aqui expressadas refletem exclusivamente sua visão e entendimento dos fatos que o levaram a requerer sua Recuperação Judicial.

Ressalte-se que, como sucede com qualquer planejamento, seu efetivo resultado depende de inúmeros fatores, muitas vezes alheios ao controle e determinação de quem o está implantando.

É importante observar que o risco é inerente a qualquer empreendimento, e a incerteza inerente a qualquer projeção. Absolutamente impossível eliminá-los totalmente, por esse motivo procurou-se, de forma transparente, adotar premissas cautelosas, a fim de não comprometer a realização do esforço a ser empregado.

Caso seja necessário, o Plano de Recuperação poderá sofrer futuras alterações, com modificação das propostas aqui declaradas. Para tanto, observar-se-ão as mesmas condições impostas pela Lei para sua tramitação, ou seja, aquiescência do devedor e aprovação em assembleia de credores, pelo mesmo critério de quórum que o tenha aprovado inicialmente.

Após o cumprimento dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/05, o **“GRUPO PIQUIRAS”** compromete-se a honrar os subsequentes pagamentos na forma estabelecida no presente Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo Juízo competente.

Uma vez concedida a Recuperação Judicial, o Plano de Recuperação obriga o **“GRUPO PIQUIRAS”**, seus credores e sucessores a qualquer título, sendo que sua inobservância, por parte do devedor acarretará a decretação de sua falência, na forma do artigo 94 III “g”, da Lei 11.101/05.



Goiânia-GO, 04 de novembro de 2015.

EMPÓRIO PIQUIRAS LTDA.

PIQUIRAS COMERCIAL DE ALIMENTAÇÃO LTDA.

CHOPE DO PIQUIRAS LTDA.

PIQUIRAS EMPORIO E RESTAURANTE LTDA.

PIQUIRAS CHOPERIA LTDA.

Marcelo Marquez Batista
CPF: 232.206.511-00
Sócio

Maria Alice da Costa Batista
CPF: 347.812.261-91
Sócio

Apoio Técnico:



Masters Auditores Independentes S/S
Rua 9 esquina com João de Abreu – Edifício Aton Business Sala 94-A – 9º Andar Tel.: (62) 3224-6116
masters@mastersauditores.com.br

ANEXOS

Anexo I

Fluxo de Caixa

Anexo II

Demonstração de Resultados

Anexo III

Receitas e Impostos

Anexo IV

Custos e Despesas Operacionais

Anexo V

Quadro de Amortização

Anexo VI

Laudo de Avaliação